

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 28,29 e 30/06, às 16h

Nesta semana, o Plenário do Senado Federal fará sessões deliberativas na terça, quarta e quinta-feira, para a apreciação e deliberação de proposições legislativas, com destaque a seguintes Medidas Provisórias, que aguardam sua leitura em plenário:

- **MP 1.104/2022**, que institui a Cédula de Produto Rural, e a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, para dispor sobre o Fundo Garantidor Solidário;
- **MP 1.107/2022**, que institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios.

Ainda nesta terça-feira, 28/06, pretende-se deliberar o **PL 6.204/2019**, que dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430/1996 (Legislação Tributária Federal), 9.492/1997 (Lei de Protesto), 10.169/2000 (Lei Federal Emolumentos), e 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Já na quarta-feira, a matéria destacada é a **PEC 16/2022**, que altera a Constituição Federal para estabelecer que a União prestará auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas relativas ao ICMS, incidente sobre o óleo diesel combustível e o gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte – 27/06, às 14h - Plenário 15

Está prevista Audiência Pública para instituir o PL 1338/2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Convidados:

1. **Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail - Procuradora da República no Estado de Pernambuco;**
2. Mônica Rodrigues Dias Pinto - Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);
3. Ricardo Iene Dias - Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED);
4. Daniel Tojeira Cara - Professor de Educação da Universidade de São Paulo;
5. Salomão Barros Ximenes - Professor da Universidade Federal do ABC;
6. Inez Augusto Borges - Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação, Representante de Ministério da Educação;
7. Cátia Gisele Martins Vergara - Promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
8. Alexandre Magno Fernandes Moreira - Autor do livro "Direito à Educação - fundamento e Prática";
9. Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);
10. Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 27/06 a 01/07.

O plenário da Câmara dos Deputados decidiu realizar sessões todos os dias da semana para acelerar a contagem de prazos de tramitação do piso nacional da enfermagem ([PEC](#)

[11/22](#)) e de incentivos fiscais para biocombustíveis ([PEC 15/22](#)). Para a semana, são aguardadas a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- **MP 1.106/2022**, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos;
- **MP 1.108/2022**, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;
- **MP 1.109/2022**, que autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal;
- **MP 1.111/2022**, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para compensar perdas de agricultores familiares atingidos pela seca nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- **MP 1.112/2022**, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e a Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que retorna do Senado Federal por um substitutivo, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

| |
|---|
| Comissão de Legislação Participativa – 27/06, às 15h – Plenário 03 |
|---|

Está prevista Audiência Pública para debater a suspensão da licença de pescador/Peixes ameaçados de extinção.

Convidados:

1. Representante da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA);
2. Representante da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais (FEPAMG);
3. Representante da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
4. Representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA);
- 5. Representante do Ministério Público Federal (MPF);**
6. Representante da Defensoria Pública Federal;
7. Representante do Ministério do Meio Ambiente;
8. Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
9. Representante do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ);
10. Representante do Ministério Trabalho e Previdência;
11. Edson Vieira Sampaio - Biólogo e servidor da CODEVASF;
12. Professora Paula Gênova - Instituto de Pesca de São Paulo;
13. Representante do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) Orzemita Barbosa e Nonato Nascimento;

14. Representante do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP);
15. Representantes de Colônia de Pescadores.

**Comissão de Constituição e Justiça – 28/06, às 13h; 29/06 e 30/06, às 9h -
Plenário 01**

PEC 329/2013, que altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.

A relatora, Deputada Adriana Ventura (Novo/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade, com emendas saneadoras.

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

PL 4.483/2020, que altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 28/06 –
14h - Plenário 06**

PL 733/2022, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para garantir maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de segurança pública.

O relator, Deputado Daniel Silveira (PTB/RJ), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - 28/06 – 17h – Plenário 09

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para debater sobre o tema: Indicações do Governo Federal para Agências Reguladoras e Estatais.

Convidados:

- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Representante do Ministério da Economia;
- Representante da ANEEL;
- Representante do Tribunal de Contas da União;
- Representante da PETROBRAS S.A;
- **Representante do Ministério Público Federal.**

Comissão de Seguridade Social e Família - 29/06 – 9h – Plenário 07

PL 2.857/2019, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática e Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 29/06, às 14h - Plenário 09

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para debater sobre o tema: "Impactos da desinformação e da violência política para a democracia".

Convidados:

- 1 - Christine Peter - Secretária-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral;

- 2 - Ministro Alexandre de Moraes - Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
- 3 - Jan Jarab - Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos;
- 4 - Edison Lanza - Relator Especial para a Liberdade de Expressão da OEA;
- 5 - Clément Nyaletsossi Voule - Relator da ONU sobre os direitos à reunião pacífica e liberdade de associação;
- 6 - Remo Carlotto - Secretário-Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL - IPPDH;
- 7 - Herbert Borges Paes de Barros - Diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- 8 - Enrico Rodrigues de Freitas - Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, MPF;**
- 9 - André Ribeiro Porciúncula - Defensor Público Nacional de Direitos Humanos;
- 10 - Subprocuradora-Geral da República Raquel Dodge - Representante do Ministério Público Federal;**
- 11 - Mario Sarrubbo - Procurador-Geral de Justiça de São Paulo;
- 12 - Darci Frigo - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
- 13 - Maria José Braga - Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas;
- 15 - Débora Thomé - pesquisadora na Columbia University;
- 16 - Thiago Firbida - Associação Artigo 19;
- 17 - Symmy Larrat - Presidenta da ABGLT;
- 18 - Daniele Kleiner - Gerente de Políticas Públicas do Twitter Brasil Rede de Informação Ltda.;
- 19 - Vito Gemaque - Presidente do Sindicato de Jornalistas do Estado do Pará;
- 20 - Flávia Oliveira - Jornalista;
- 21 - Caio Machado - Representante do Instituto Vero;
- 22 - Octávio Costa - Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI);
- 23 - Representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF (SJPDF);
- 24 - Representante da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji);
- 25 - Representante da Frente Nacional Antirracista;

- 26 - Brise Lima, Representante do Instituto Marielle Franco;
- 27 - Representante do Intervozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social;
- 28 - Representante da Coalizão Direitos na Rede (CDR);
- 29 - Marcelo Rech - Presidente da Associação Nacional de Jornais-ANJ;
- 30 - Rodolfo Salema - Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão-ABERT.

| |
|--|
| GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 29/06 – 16h – Local a definir |
|--|

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, itens "g e h" do Roteiro de Trabalho.

A- Tema: Tribunal do Júri - Título II - Dos Procedimentos, Capítulo VI - Da Competência do Tribunal do Júri - art. 384.

B- Tema: Recursos - Título V - Dos Recursos em Geral, Capítulo I - Das Disposições Gerais - art. 524. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.